

Em Rede

Rede de Autarquias Participativas | Nº 2

Março de 2020

DOSSIER TEMÁTICO

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM





FICHA TÉCNICA

TÍTULO Boletim Em Rede
NÚMERO 2
DATA Março de 2020
EDIÇÃO Rede de Autarquias Participativas
PRODUÇÃO Oficina

COLABORARAM

Município de Santo Tirso, Município de Mértola, Município de Valongo,
Município de Cascais, União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão

CONTACTOS

OFICINA
Estrada Senhora da Saúde, 32A,
8000-500 Faro
Portugal

rap@oficina.org.pt

EDIÇÃO DE USO DIGITAL DISPONÍVEL EM

www.portugalparticipa.pt
www.oficina.org.pt/rap.html



CONTEÚDOS

4 Mensagem da Presidência

5 Apresentação

6 Covid-19 - Recursos

7 Dossier OP Jovem

- Santo Tirso

- Mértola

- Valongo

- Cascais

- Massamá e Monte Abraão

16 Notícias

- Guia da Biblioteca Humana

- V Edição Prémio de Boas Práticas

- Prémio de Guangzhou

SOMOS AINDA MAIS NECESSÁRIOS

Estimados membros da Rede de Autarquias Participativas,

esta edição do Boletim é publicada num contexto muito particular das nossas vidas. A Organização Mundial de Saúde qualificou, no passado dia 11 de março, a Covid-19 como uma pandemia internacional, constituindo uma calamidade pública.

Uma semana depois, mais precisamente a 18 de março, o Senhor Presidente da República Portuguesa decretou a situação de Emergência Nacional.

Por via das atuais circunstâncias, muitas das práticas participativas das autarquias encontram-se suspensas, a aguardar que a situação volte à normalidade.

O desafio de saúde pública que enfrentamos convoca-nos para um esforço maior: a salvaguarda da vida humana.

Vivemos tempos inéditos, marcados pelo isolamento social, a ansiedade e o medo. Por tudo isto, é muito relevante continuarmos a comunicar e a interagir em Rede, mesmo que limitados na nossa ação.

Contamos com o esforço de todas(os) para em breve reanimarmos os nossos processos participativos e devolvermos confiança à sociedade!

José Manuel Ribeiro

Presidente da Câmara Municipal de Valongo
Presidente da Rede de Autarquias Participativas



APRESENTAÇÃO

Este número do Boletim é dedicado às práticas de Orçamento Participativo Jovem, tendo por isso sido criado um dossier temático que reúne textos de apresentação das iniciativas levadas a cabo pelos municípios de Santo Tirso, Mértola, Valongo e Cascais, bem como pela União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão.

Em resposta ao desafio lançado, estas autarquias reuniam informações sobre as metodologias privilegiadas para o desenvolvimento do processo, dando conta também dos resultados alcançados, de alguns dos projetos vencedores, bem como dos elementos de maior inovação.

Neste número são também destacados dois importantes recursos no combate à Covid-19. Um é referente ao Guia de orientação para os municípios, preparado pela Direção-Geral de Saúde, o outro é o portal criado pelo Governo para reunir as medidas extraordinárias que têm vindo a ser adotadas.

Na seção de notícias, são destacadas duas iniciativas da Rede, nomeadamente a publicação do Guia Metodológico da Biblioteca Humana e a V Edição do Prémio de Boas Práticas, atualmente em curso. Neste âmbito, é ainda dado realce ao Prémio Internacional de Guangzhou, informação que pode ser do interesse dos nossos membros.

Agradecemos a vossa leitura!



Apresentação criada pela Direção Geral de Saúde para os Municípios. Descarregue aqui: <https://covid19.min-saude.pt/wp-content/uploads/2020/03/17.03-Municipios.pdf>



Conheça aqui as medidas excepcionais do Governo da República no âmbito do combate à Covid-19: <https://covid19estamoson.gov.pt/>

DOSSIER

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM

Este dossier temático conta com práticas dos Municípios de Santo Tirso, Mértola, Valongo e Cascais, bem como da União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão.





Santo Tirso

O processo iniciou-se em 2014, contando agora com seis anos de funcionamento

O Orçamento Participativo Jovem (OPJ) é uma iniciativa levada a cabo pela Câmara Municipal de Santo Tirso que tem como objetivo a recolha de opiniões e contributos da população jovem do concelho.

O OPJ contribui para o exercício de uma participação informada, ativa e responsável dos cidadãos mais jovens nos processos de governação do concelho, garantindo a sua intervenção na decisão sobre a afetação dos recursos existentes às políticas públicas municipais e promovendo assim uma melhor adequação destas às necessidades e aspirações da população.

O OPJ de Santo Tirso tem carácter deliberativo, sendo que os cidadãos mais jovens apresentam e priorizam, através de votação, propostas que visem o desenvolvimento sustentável do município.

Podem participar os jovens entre os 12 e os 30 anos (inclusive), residentes no município de Santo Tirso ou recenseados e estudantes do concelho, ainda que não residentes.

As propostas não poderão ultrapassar o montante anual definido pela Câmara Municipal para o OPJ, que desde 2014 é de 120 mil euros.

A participação no OPJ rege-se por um Regulamento e por Normas de Participação de cada edição. Com o intuito de tornar o processo do OPJ cada vez mais transparente e acessível a todos, procedeu-se à elaboração de um novo Regulamento em 2019, que integra as alterações introduzidas anteriormente, aquando da criação da plataforma eletrónica que permite a participação on-line.

Fases do ciclo de participação

Independentemente do calendário específico que vier a ser definido para cada edição, o OPJ realiza-se anualmente e compreende as seguintes fases:

Fase I – definição da verba a afetar ao OPJ, das áreas temáticas elegíveis, dos mecanismos de participação e da equipa de acompanhamento;

Fase II – informação e divulgação do processo do OPJ por todo o território municipal;

Fase III – elaboração e submissão das propostas ao OPJ de Santo Tirso;

Fase IV – análise técnica das propostas pela Comissão de Análise Técnica das Propostas e apresentação pública daquelas que se encontram em conformidade com o regulamento e suscetíveis de serem submetidas a votação;

Fase V – votação das propostas pelos jovens;

Fase VI – homologação das propostas;

Fase VII – apresentação pública dos resultados.

Desde a criação da plataforma eletrónica em 2018, tanto a apresentação como a votação (dois votos obrigatórios) das propostas só podem ser efetuadas por via eletrónica. No entanto, durante a fase de informação e divulgação os técnicos do Serviço de Juventude e Voluntariado, juntamente com o Vereador da área, percorrem todas as turmas do 8.º ao 12.º ano (ensino público, privado, incluindo o ensino profissional), exceto as que não lhes for permitido, para informar e esclarecer dúvidas, disponibilizando o contacto móvel, e-mail e WhatsApp do Serviço para qualquer questão relacionada com o OPJ.

A(s) proposta(s) vencedora(s) corresponde(m) ao maior número de votos na Fase V, até ao limite da verba definida para cada edição do OPJ.

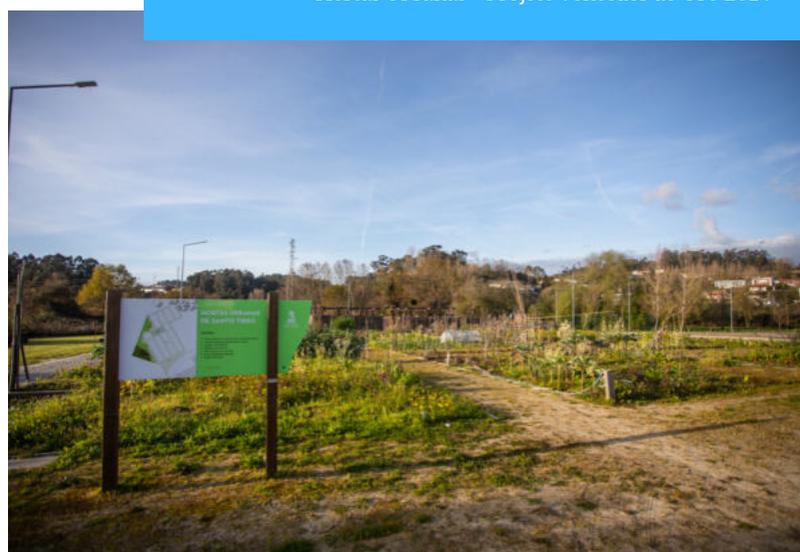
De ano para ano regista-se uma participação cada vez maior. Verificou-se uma maior proximidade dos jovens com os políticos locais e técnicos municipais. Os jovens contactam mais os serviços, conhecem melhor os políticos locais. Constatou-se ainda um maior conhecimento sobre as políticas municipais e um crescente interesse pela realidade municipal.



Praia Urbana de Santo Tirso – Projeto vencedor do OPJ 2016



Hortas Urbanas – Projeto vencedor do OPJ 2014



O OP Jovem foi uma inovação no Município, pois até então não tinha havido nenhuma iniciativa do género

O OP Jovem de Mértola surge em paralelo com o OP Geral, em 2019.

O processo dirige-se aos jovens, com idades entre os 14 e 29 anos, e tem uma verba prevista de 40.000,00 €, sendo o valor máximo de cada proposta de 10.000,00 €.

Para a apresentação de propostas foram definidas as seguintes áreas de competência do Município: Educação, Desporto e Juventude; Equipamentos e Espaços Públicos; Saúde e Bem-estar; Economia Local; Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural; Transportes, Mobilidade e Acessibilidade; Empreendedorismo.

A apresentação das propostas decorreu este ano entre 20 de janeiro e 20 de fevereiro e foi feita através do site <https://orcamentoparticipativo.cm-mertola.pt/>

Durante a fase de apresentação de propostas foram feitos quatro encontros participativos nas escolas.

O período de votação está previsto decorrer de 4 a 29 de maio deste ano.

O OP Jovem foi uma inovação no Município, pois até então não tinha havido nenhuma experiência nesse sentido.

De forma a tornar o projeto o mais interativo, simples e adequado aos dias de hoje, todo o processo do orçamento participativo foi realizado através de uma plataforma própria, adquirida e adaptada para o efeito, durante a fase de preparação. Assim, os cidadãos não só podem consultar a informação necessária, como submeter propostas, analisar as fichas técnicas e votar nos projetos através da referida plataforma, sendo que todos os dados pessoais dos proponentes foram salvaguardados.

Na primeira edição do OP Jovem, realizada em 2019, foram dois os projetos vencedores, nomeadamente:

- **Canoagem para todos;**
- **Criação do “Prémio Jovem Empreendedor” e dinamização de ações de apoio ao empreendedorismo jovem/juvenil**





Valongo

Uma das grandes bandeiras do Município de Valongo respeitante às questões de participação pública e ao envolvimento dos jovens é, sem dúvida, o Orçamento Participativo Jovem.

Este projeto, destinado a jovens residentes ou estudantes no Concelho, com idades compreendidas entre os 6 e os 35 anos, nasce da vontade do atual Executivo de querer dar voz ativa à sua população mais jovem. Com esta ferramenta, criada em 2014, pretendeu-se suscitar e fomentar o seu envolvimento em seio comunitário, através da disponibilização de ferramentas como esta, para que os jovens se sintam ouvidos e aproveitem as oportunidades advindas de um projeto desta natureza.

Presentemente, o OPJV encontra-se na sua sétima edição, dispendo de um orçamento de 150.000 euros, destinado à implementação de 15 projetos diferentes, nas três categorias existentes, nomeadamente 6 na categoria “escolar”, 6 na categoria “extra-escolar” e 3 na categoria “gerações”, cada um contando com um montante de 10.000 euros para a sua execução.

Estes números traduzem o esforço do atual Executivo e do seu compromisso para as questões de participação pública, especialmente se atentarmos no facto de a primeira edição ter contado com um orçamento de 10.000 euros.

Desta forma, o projeto tem florescido e constatado um efetivo crescimento, quer em termos orçamentais, quer na abrangência numérica, envolvimento do seu público-alvo, e na consciencialização dos processos de participação pública.

Tem sido também uma boa fonte de recolha de informação e auscultação dos jovens uma vez que o município tem recebido, edição após edição, muitas centenas de propostas que ajudam a tomar consciência das necessidades mais prementes dos jovens.

Conscientes da importância da avaliação deste processo, sentiu-se a necessidade de se apreciar o mesmo de uma forma mais rigorosa e transparente, tendo sido solicitado, para o efeito, uma avaliação formal e global do projeto, que incluisse recomendações e observações pertinentes, à luz dos casos empíricos já existentes. O Professor Yves Cabannes, especialista na área do Urbanismo e de Orçamentos Participativos a nível mundial, aceitou o nosso desafio e avaliou o OPJV.

O Município de Valongo viu reconhecidas várias boas práticas implementadas no seu OPJV aquando desta avaliação externa, nomeadamente na parte respeitante aos “Pitches”, que constitui a promoção de cada projeto num vídeo de um minuto por parte dos proponentes, possibilitando o desencadear de uma campanha e aumentando as competências soft-skills e de empreendedorismo dos jovens, conferindo ao OPJV uma dimensão ampla, em termos de aprendizagem efetiva. Foi dado também especial enfoque ao acompanhamento detalhado e atento por parte da Equipa OPJV em relação aos proponentes em todas as fases do projeto, considerado vital para a prevenção de eventuais frustrações com o processo.



A plataforma digital, devidamente adequada às necessidades e vivência dos municípios de Valongo, e o uso de tecnologias de informação modernas no processo de votação, como é o caso dos tablets, foram também elogiados.

Como resultado, esta apreciação por parte de uma entidade externa e a contínua promoção do projeto em diversas instâncias conduziu a uma maior visibilidade internacional do processo, e direcionou o estabelecimento de novas parcerias internacionais com entidades de renome nas áreas da Democracia Participativa, permitindo o enaltecimento de todo o projeto, num âmbito geral.

Pretende-se que o Orçamento Participativo Jovem de Valongo mantenha o seu crescimento, de uma forma sustentável e consciente, em termos quantitativos e qualitativos, e que continue a ser um dos veículos de união entre as áreas geográficas do Concelho de Valongo, que se encontram em espectros diferentes, desde as áreas mais descentralizadas de Campo, Sobrado e Alfena, às áreas mais urbanas de Valongo e Ermesinde.

No nosso caminho temos como objetivo o desenvolvimento do OPJV e a criação de novas ferramentas que contribuam para reforçar quer a nível nacional, quer a nível internacional, o esforço do Município de Valongo na permanência da vanguarda das políticas e no investimento em processos democráticos e participativos, de forma a permitir a aprendizagem e adoção de novas metodologias junto dos nossos pares.

Ambicionamos, igualmente, continuar a trabalhar em estreita colaboração com os agrupamentos escolares e com os jovens do Concelho, em especial aqueles que normalmente não participam, nem se fazem representar noutros espaços de atuação, fomentando a participação in loco, e aumentando a confiança dos envolvidos no projeto.

Outro aspeto que nos orgulha diz respeito à consciencialização social verificada no conteúdo de muitos projetos submetidos e vencedores. No fundo, este particular facto traduz-se num resultado positivo, que nos indica que os interesses próprios dos jovens não são sobrepostos aos da sociedade e que estes têm uma consciência ativa, direcionando as suas ideias em prol da sua comunidade.

É fundamental prosseguir com a utilização simultânea do OPJV como uma das ferramentas de auscultação e de inclusão social por excelência, ao contribuir, através dos projetos vencedores, para a redução das diferenças sociais e económicas nos vários segmentos da comunidade. É também um ótimo difusor e promotor da participação pública e da construção de cidadãos mais informados e mais envolvidos.

Paralelamente, o crescimento da equipa da Juventude tem permitido uma sustentabilidade a todo o processo, concedendo uma intensificação do trabalho desenvolvido e do apoio a projetos de dimensão inclusiva e de uma maior escala.

Um dos grandes desafios apontados passa também pela contínua adaptação da comunicação e metodologia de divulgação utilizada, de modo a chegarmos a muitos mais jovens, de uma forma inovadora, e desmistificando, adicionalmente, a componente institucional associada para que se verifique uma participação plena.

Em suma, queremos consolidar uma comunidade jovem que compreende o processo e que o defende, participando ativamente no mesmo, edição após edição.

Para este número do Boletim, selecionamos dois projetos de âmbitos distintos, sendo eles o projeto “Escolar” da 4ª Edição “Sala do Futuro”, que equipou uma sala escolar com mobiliário completamente móvel e ajustável, kits de robótica, monitor de aula interativo e projetor, com o intuito de os alunos terem aulas mais dinâmicas e enriquecedoras. Destacamos este projeto, pois a sua implementação desencadeou um forte investimento do Município na reprodução do mesmo nas escolas básicas do Concelho. O outro projeto vencedor e executado que apresentamos é o “Parque para todos dos 8 aos 80”, enquadrado na categoria “Gerações”, que pressupõe a disponibilização de máquinas de ginástica outdoor adaptadas simultaneamente às duas gerações envolvidas, sendo hoje em dia muito utilizado pelos cidadãos de Valongo e um exemplo de sucesso.





Cascais

O OP Jovem de Cascais ganhou o prémio de melhor prática de participação em Portugal, em 2018

O OPJ é um processo pedagógico de construção de direitos e deveres de cidadania e formação juvenis para criar cidadãos mais participativos no qual os alunos são chamados a decidir sobre investimentos públicos e como estes deverão ser alocados. Foi construído por uma equipa multidisciplinar da Câmara Municipal de Cascais e um consultor externo numa lógica de bottom-up, baseado na escada de participação dos cidadãos de Sherry Arnstein, classificado no 6º degrau, no qual os adultos iniciam o processo e desenvolve-se com tomada de decisão partilhada com os alunos. As escolas elegeram uma “turma equipa OPJ”, composta por alunos e professores, seus embaixadores da participação, tendo formação em educação não formal por uma entidade externa.

Porta-vozes eleitos em cada turma equipa do OPJ de cada escola foram desafiados, num fim de semana em conjunto, a definir as normas através de um jogo colaborativo “Experiência C”. O resultado foi debatido com o Presidente do Município, apresentado pelos alunos em Reunião de Câmara, que assistiram à sua discussão e aprovação.

O projeto-piloto em 2016/17 envolveu uma turma do 7º ano por escola, 4 escolas (uma por freguesia).

Esta edição incluiu 2 professores por escola, perfazendo um total de 8 professores. Nos anos letivos seguintes o projeto ganhou uma maior expressão e capacitou uma turma em cada uma das 15 escolas abrangidas, e os respetivos 30 docentes (<https://www.youtube.com/watch?v=8uKwXojWQ18>)

Estes alunos foram os mobilizadores do processo na sua escola, na medida em que após terem tido formação na metodologia do OP, não só divulgaram as Sessões Públicas de Participação (SPP) mas dirigiram-nas autonomamente para com os seus pares. Ou seja, a turma foi dividida em coordenações temáticas de acordo com as etapas do OP: comunicação, SPP no que refere à logística e moderadores de mesas e speaker, análise técnica, exposição e votação. Em todas estas etapas, os alunos da turma OP Jovem são protagonistas ativos das ações. Os professores, por sua vez, recebem formação acreditada de 50h na qual está incluída a elaboração de um guia passo a passo do OP Jovem que permita desenvolver competências no perfil do aluno e congregue conteúdos programáticos das diferentes áreas disciplinares.

Os destinatários deste processo são todos os alunos do 5º ao 12º ano (cerca de 14.300 alunos), sendo que as SPP são organizadas por ciclos escolares. Os alunos participantes são desafiados pelos moderadores não só a darem ideias para melhorar a escola num valor total de 10.000€ por escola, tal como para a comunidade em geral para a qual têm o teto máximo do OP Cascais, ou seja 350.000€. A edição de 2019-2020 trouxe a inovação de um KIT OP Jovem (<https://www.cascais.pt/noticia/sabia-que-cascais-tem-um-kit-op-jovem>), especialmente desenvolvido pela CMC destinada a cada escola com o intuito de criar uma maior autonomia e sustentabilidade no processo.

Em 3 edições ocorridas, o impacto económico do OP Jovem é notável: somando as verbas afetas aos projetos escolares e às ideias vencedores do OP Cascais, os alunos em Cascais já decidiram sobre pelo menos 2.345.450€.

Estes são os **números da edição 2019/2020**:

- 15 turmas
- 382 alunos OP Jovem
- 15 escolas
- 28 professores
- 14.327 alunos totais nas escolas OP jovem
- 33 Sessões Públicas de Participação (SPP)
- 2.706 alunos participantes nas SPP
- 448 ideias para a escola apresentadas nas SPP
- 114 ideias para a escola submetidas para análise técnica
- 223 ideias apresentadas para a comunidade
- 38 ideias submetidas para a análise técnica

Estão são os **resultados** alcançados até ao momento:

- Desenvolve o sentido de democracia participativa nos jovens;
- Aproxima a voz dos jovens dos decisores políticos;
- Promove o desenvolvimento pessoal e social dos jovens do concelho de Cascais no quadro de uma educação para a cidadania;

- Promove junto dos jovens um maior envolvimento na cultura da sua escola e uma relação desta com a comunidade;
- Oferece aos jovens a oportunidade de identificar localmente valores comuns com outros jovens;
- Desenvolve competências relacionais de gestão, decisão e motivacionais com simulações práticas;
- Incentiva um dinamismo empreendedor junto dos jovens do município;
- Consciencializa para a educação financeira;
- Permitiu a decisão por parte dos alunos de pelo menos 2.345.450€ entre os projetos para a escola e os direcionados para a comunidade, dos quais 7 venceram o OP Cascais.

O OP Jovem Cascais é inovador porque:

- Encoraja a participação cívica e política dos jovens, que apesar de não serem eleitores vêm reconhecido o seu papel de cidadãos, na gestão e decisão sobre o espaço escolar e território municipal;
- A sua proposta após votação em sede de executivo viu-se traduzida em normas deliberativas para o funcionamento do projeto;
- Promove formação credenciada de professores em matéria de cidadania, participação e metodologias de educação não formal;
- Elaboração de um “guia passo a passo” elaborado com professores e para professores para ajudar a implementação do projeto nos próximos anos em contexto de sala de aula;
- Antecipou e integrou o despacho n° 436-A/2017 do Ministério da Educação para o OP escolar;
- No exercício de autonomia do OPJ, foi montado um baú chamado KIT OP Jovem para cada escola se apropriar do processo e poder reutilizar os materiais em edições futuras;
- Articula-se com o OP Cascais no sentido de estimular a presença não só de participantes mais novos (a partir de 12 anos) como desafia alunos da turma OP Jovem a moderar mesas de adultos.



Ampliação de paragens de autocarro com wifi e entradas usb junto às escolas (projeto do OP Jovem dirigido à comunidade, vencedor na edição de 2017 do OP Cascais)



Criação de telheiro entre os pavilhões B e C da Escola Básica e Secundária da Cidadela (projeto vencedor da edição de 2016/2017 do OP Jovem)



Massamá e Monte Abraão

O OP Jovem nasceu da necessidade de dar voz aos jovens da Freguesia

O Orçamento Participativo (OP) Jovem iniciou a sua primeira edição no passado mês de novembro de 2019. Numa primeira fase, foi criado um grupo de trabalho com 30 alunos, representativos das 5 escolas da freguesia (2.º ciclo, 3.º ciclo e secundário). Ao longo de 3 sessões, os jovens realizaram ações de cocriação, de onde saíram várias ideias e planos para o OP Jovem. Uma das ferramentas trabalhadas pelos alunos foi as Normas de Participação, das quais é possível retirar algumas das principais regras como: os participantes têm de ter idades entre os 11 e os 22 anos, poderão apresentar propostas a nível individual ou em grupo e votar online ou presencialmente nas escolas.

Foi alocado ao OP Jovem o valor de 20.000,00€, sendo que serão executados os 4 projetos mais votados no valor máximo de 5.000,00€ por proposta.

Ao longo do OP, a gamificação estará intrinsecamente presente nas várias fases do processo, via atribuição de pontos, consoante a participação ativa em todo o percurso, nomeadamente, com as seguintes competições:

- O Jovem/equipa do mês mais pontuado;
- O Jovem/equipa mais pontuado no final do processo;
- O Jovem/equipa que obteve mais votos no final do processo;
- A Escola mais participativa.

Para cada uma destas competições será atribuído um prémio.

À data, foram realizados 5 “Spots da Freguesia”, sessões de participação onde envolvemos cerca de 200 alunos que apresentaram 33 propostas relacionadas com as seguintes temáticas: Ação Social, Ambiente, Cidadania, Cultura, Desporto, Educação, Proteção Civil e Requalificação de Espaços Públicos.

O OP Jovem nasceu da necessidade em dar voz aos jovens da Freguesia, apelando à sua participação e colaboração na melhoria da Freguesia de Massamá e Monte Abraão. Até este momento a participação estava restringida a cidadãos com mais de 18 anos no Orçamento Participativo (que existe desde 2014) e nos Mini-Presidentes (também iniciado em 2014 e com a participação de crianças até ao 5º ano de escolaridade).

Dar poder de decisão a uma faixa etária cuja participação esteve até agora limitada. Dar a possibilidade de serem os próprios jovens a participar no processo de construção do OP Jovem, como por exemplo, a criação das Normas de Participação. Valorizar e motivar a participação no processo, através da estratégia da gamificação.



A top-down view of a wooden desk with a green notebook and a pencil. The word "NOTÍCIAS" is written in large white letters across the center of the notebook.

NOTÍCIAS

Biblioteca Humana

GUIA DE DISSEMINAÇÃO

REDE PUBLICOU GUIA METODOLÓGICO SOBRE A BIBLIOTECA HUMANA

O conceito de Biblioteca Humana (BH) surgiu em Copenhaga, no ano 2000. Imediatamente após um crime de ódio, a associação Foreningen Stop Volden - que trabalhava com jovens para promover a cidadania ativa em relação à prevenção de situações de violência - organizou diversas atividades no âmbito do Festival Roskilde, o maior evento de música da Dinamarca. Entre essas contava-se a BH.

Numa Biblioteca Humana os “livros” são pessoas reais, que se voluntariam para comunicar a sua história, normalmente associada a situações de discriminação ou exclusão social. Isto acontece num ambiente acolhedor, intimista e seguro, com um ou mais “leitores” interessados em conhecer a realidade de cada livro. Trata-se de um espaço concebido para promover o diálogo, estimular a compreensão, eliminar estereótipos e promover os direitos humanos.

A BH assenta no lema “não julgues o livro pela capa”, o mesmo é dizer não julgues a pessoa pela aparência, pela cor da pele, pela nacionalidade, pelas opções sexuais, por ser portadora de uma doença ou deficiência, entre tantos outros fatores que podem servir de base para as mais diferentes formas de discriminação. A BH consiste, assim, num método concebido para promover o diálogo entre “livros” e “leitores”, por períodos de “empréstimo” de cerca de 30 minutos. Durante este tempo, o objetivo é fomentar o diálogo, aproximar as pessoas e derrubar barreiras criadas por preconceitos, ajudando a eliminar os mesmos e a conhecer melhor a realidade do outro, através de histórias contadas na primeira pessoa.

Ao longo dos anos, a BH tem vindo a ser organizada um pouco por todo o mundo, integrando inclusivamente a programação regular de diversas bibliotecas e equipamentos educativos. Este método foi testado pela primeira vez em Portugal durante o festival Rock In Rio.

Não sendo uma iniciativa muito conhecida entre nós, existem, no entanto, algumas experiências de sucesso, como é o caso de Valongo, onde essa tem sido desenvolvida junto do público escolar. Baseado neste trabalho, a Rede de Autarquias Participativas decidiu editar o presente guia metodológico, sendo o mesmo dirigido a municípios, escolas, universidades, associações e empresas com vontade de implementar uma Biblioteca Humana.

Este é o primeiro recurso do género em Portugal e pretende contribuir não apenas para a disseminação desta metodologia mas também evitar experiências menos positivas ou até mesmo traumáticas entre “livros” e “leitores”.

O guia metodológico da Biblioteca Humana encontra-se disponível para download no seguinte endereço www.oficina.org.pt/publicacoes-rap.html



SÃO 12 OS CONCORRENTES AO PRÉMIO DE BOAS PRÁTICAS DE PARTICIPAÇÃO

A Rede de Autarquias Participativas (RAP) lançou em janeiro deste ano a 5ª edição do Prémio Boas Práticas de Participação. De carácter anual, esta iniciativa visa constituir-se como um incentivo à implementação, disseminação e valorização de práticas inovadoras de democracia participativa desenvolvidas em Portugal.

Terminado o período de entrega de candidaturas, foram rececionadas 12 práticas que serão agora sujeitas a uma avaliação do júri. Este conta com a participação da Senhora Secretária de Estado da Inovação e Modernização Administrativa, do Observatório Internacional da Democracia Participativa, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e da Oficina.

As 12 práticas em concurso são: [Votação Pública Presencial](#) (Município de Ponta Delgada); [Orçamento Participativo Jovem](#) (Município de Lagoa, Açores); [Assembleia Municipal Jovem](#) (Município do Funchal); [Orçamento Participativo](#) (União de Freguesias de Aqualva e Mira Sintra); [Voz dos Jovens](#) (Município de Cascais); [Envolvimento cidadão no Parque das Serras do Porto](#) (Município de Valongo); [Parlamento Concelhio - Pequenos Grandes Políticos](#) (Município de Braga); [Portal Aconteceu na Minha Rua](#) (Município da Mealhada); [CATRAPIM - Festival das Artes e da Natureza](#) (Município da Mealhada); [Projeto mercearia Solidária +](#) (União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão); [Orçamento Participativo de Lisboa](#) (Município de Lisboa); [LIFE Águeda - Um Rio de Todos](#) (Município de Águeda).

As cinco práticas melhor classificadas pela avaliação do júri passarão à fase de votação pública, recebendo, por esse facto, o selo de boa prática participativa. Entre os finalistas serão entregues dois prémios, cabendo ao primeiro classificado a nomeação de melhor prática de democracia participativa em Portugal e ao segundo uma menção honrosa.



Candidaturas abertas ao Prémio Guangzhou

O objetivo é reconhecer as melhores práticas de inovação do setor público e da liderança local na promoção da sustentabilidade das cidades e regiões, bem como no avanço da prosperidade e da qualidade de vida dos cidadãos.

O Prémio Internacional de Inovação Urbana de Guangzhou foi concebido para reconhecer políticas públicas, projetos, modelos de negócios e práticas inovadoras empreendidas por cidades e regiões em todo o mundo.

Trata-se de uma iniciativa co-patrocinada pela Cidade de Guangzhou, na República Popular da China, pela organização de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) e pela Associação Mundial das Metrôpoles (Metropolis).

Desde 2012, o Prémio é organizado de dois em dois anos, reconhecendo **5 vencedores por edição**. Cada um dos distinguidos terá direito a 20.000 dólares americanos. Serão ainda entregues Medalhas de Honra aos concorrentes pré-seleccionados que não ficaram entre os cinco primeiros galardoados.

O Prémio Guangzhou está aberto a governos municipais e regionais de todo o mundo, incluindo membros da CGLU e Metropolis. De acordo com as regras, esta iniciativa respeita estritamente os princípios de imparcialidade, equidade e abertura, num esforço para assegurar a transparência e independência operacional.

Os **critérios de avaliação** do Prémio são os seguintes: inovação, eficácia, replicabilidade/transferibilidade, significado e relevância da iniciativa para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e para a Nova Agenda Urbana.

Os interessados devem apresentar uma candidatura, preenchendo e enviando um formulário criado para o efeito. Os candidatos devem ser responsáveis pela autenticidade e legitimidade da informação prestada.

Para mais informações sobre o prémio, consultar a página www.guangzhouaward.org



Em Rede

Este Boletim é um instrumento de comunicação que será tanto mais eficaz quanto mais colaborativo for. Todos os membros da Rede de Autarquias Participativas podem, assim, fazer-nos chegar os seus contributos para os próximos números. Basta enviar mensagem para o correio eletrónico rap@oficina.org.pt





Rede de Autarquias Participativas

www.portugalparticipa.pt
fb.com/portugalparticipa

Secretaria Técnica

Oficina
rap@oficina.org.pt
www.oficina.org.pt/rap.html